



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Carlos, representando o interesse do filho menor, Samuel, ajuizou ação de majoração de alimentos em face de Laura, mãe da criança. Samuel encontra-se sob a guarda do pai, Carlos, conforme determinado em processo judicial na Vara de Família de Porto Alegre, devido à sua capacidade de trabalhar em home office e receber um salário mensal de R\$15 mil, proporcionando melhores condições para o cuidado do filho, conforme acordo entre as partes.

No entanto, diante do ressentimento pelo término do relacionamento, Carlos alega que Laura possui capacidade financeira para arcar com uma pensão maior para Samuel e, por esta razão, ajuizou a ação de majoração de alimentos com pedido de tutela de urgência inaudita altera parte exclusivamente em seu nome, requerendo que os alimentos fossem fixados em R\$1 mil reais. A demanda foi devidamente distribuída para a 3ª Vara de Família de Porto Alegre.

Ao receber a inicial e analisar o pedido de urgência para a fixação de alimentos provisórios, o juiz decidiu indeferir o pedido sob o fundamento de que não havia sido provada a possibilidade financeira da ré, solicitando a citação e intimação para a audiência de mediação.

Inconformado com a decisão, esta que foi publicada em 22 de maio de 2021 e sem recolher o preparo, Carlos, por intermédio de seu advogado, interpôs Agravo de Instrumento no dia 16 de junho de 2021, argumentando que Laura, ao comemorar seu aniversário de 35 anos em uma pizzaria, demonstrou possuir condições financeiras para pagar mais alimentos ao filho.

Preocupada com a situação, tendo em vista a notificação processual, Laura foi até o seu escritório e disse que trabalha como empregada doméstica e recebe apenas um salário mínimo, explicando que a festa na pizzaria foi um presente oferecido por sua patroa em reconhecimento ao serviço excepcional prestado pela funcionária.

A cliente ainda entregou comprovantes de seus rendimentos e destacou o nome de duas testemunhas que atestam que o rodízio de pizza foi um presente oferecido pela chefe.

Na qualidade de advogado de Laura, apresente a medida processual adequada para defender os interesses de Laura. (5,0)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Gabriel, casado com Hugo sob o regime da separação obrigatória de bens e pai de Alcides e Alice, ficou emocionado com a aprovação do filho na faculdade de medicina na cidade do Rio de Janeiro. Tão orgulhoso, Gabriel decidiu vender um de seus apartamentos mais luxuosos para o primogênito, com a devida permissão da irmã. Contudo, passado um ano desde o negócio, Hugo descobriu sobre o ocorrido e procurou o auxílio de um advogado penalista, este que lhe aconselhou ingressar com uma ação para anular o contrato.

Sobre o caso, responda:

- A) Assiste razão no conselho dado pelo advogado? Qual é o prazo para a anulação de contrato de compra e venda entre ascendente e descendente?
- B) Haverá qual tipo de litisconsórcio na demanda? Qual é a principal tese que pode ser arguida como preliminar de contestação?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Rogério formulou um contrato de empréstimo de uma casa de praia para Elaine, sem estipulação de prazo. Após seis meses desde a celebração do negócio, Rogério entra em contato com Elaine expressando o desejo de retomar a posse direta do imóvel, pois sente saudade do local. No entanto, Elaine explica a Rogério que não pode devolver a casa neste momento, uma vez que investiu consideravelmente em uma barraca de porções na praia. Ela ressalta que uma devolução imediata acarretaria grandes prejuízos com o novo negócio.

Sobre o caso, responda:

- A) Elaine é obrigada a devolver o imóvel a qualquer tempo quando não houver estipulação de prazo no contrato?
- B) Caso as partes tivessem estipulado no contrato o prazo de doze meses e Elaine não devolvesse o bem, a medida cabível seria o despejo?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Em abril de 2019, na cidade de São Paulo, Ana Carolina, uma adolescente de 16 anos, foi vítima de um grave acidente de trânsito. Enquanto atravessava a rua na faixa de pedestres, Ana foi atropelada por um veículo conduzido por João, que estava na contramão e sob efeito de álcool. Como resultado do impacto, Ana sofreu ferimentos graves, incluindo uma cicatriz de grande extensão em seu braço esquerdo.

Em abril de 2023, Ana decide procurar um advogado, alegando que o acidente resultou em danos físicos e emocionais significativos, além de prejuízos financeiros decorrentes de tratamentos médicos, estimados em R\$100.000,00 (cem mil reais). Após ingressar com a ação de reparação, o réu alegou que a pretensão estava prescrita, pedindo a extinção do feito, o que foi devidamente acolhido pelo magistrado. Insatisfeita, Ana interpôs Apelação para rediscutir o caso.

Sobre o caso, responda:

- A) A pretensão de Ana está prescrita? Qual é o prazo para requerer a ação de reparação?
- B) Qual é a medida processual utilizada para que João defenda seus interesses?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Em julho de 2019, Marcos contratou Pedro, corretor de imóveis, para vender sua casa situada no Centro, em Belo Horizonte. O contrato estabeleceu exclusividade no serviço prestado pelo corretor durante o prazo de doze meses. Pedro se esforçou muito, mas não encontrou compradores durante o período do contrato.

Em janeiro de 2020, Marcos vendeu a casa diretamente a um terceiro, sem envolver Pedro. Agora, o vendedor se recusa a pagar os honorários de Pedro, alegando que não precisa pagar nada por ter vendido o bem sem o auxílio do corretor.

Sobre o caso, responda:

A) Assiste razão na alegação feita por Marcos?

B) Caso Pedro interpusesse uma apelação à sentença do juiz nos autos da ação de cobrança e o relator apresentasse uma decisão monocrática ratificando a decisão recorrida, qual seria a medida processual adequada para defender os interesses do corretor?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

